



**MINISTÉRIO
PÚBLICO
DE CONTAS**
ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO

Conferência em www.tce.es.gov.br
Identificador: E9754-46DCE-1D4EE



Procuradoria-Geral de Contas

Portaria de Instauração de Procedimento Administrativo - MPC 00061/2019-9

Processo: 15865/2019-4

Classificação: Administração Geral > Ministério Público > Cobrança > Acompanhamento

Criação: 18/10/2019 14:37

Origem: GAPGC - Gabinete do Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal

O **Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo**, pelo Procurador-Geral, no exercício das atribuições conferidas pelos arts. 127, 129 e 130 da CRFB, art. 3º, inciso VII, da Lei Complementar n. 451/08, Lei Federal n. 8.625/93, Lei Complementar Estadual n. 95/97 e art. 8º, incisos II e IV, da Resolução CNMP n. 174, de 04 de julho de 2017, promove a instauração de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, na forma que segue:

| | | |
|------------------------|---|--------------------------|
| Processo n. | TC-15865/2019-4 | Prazo: 1 (um) ano |
| Atribuição | Procuradoria-Geral de Contas (art. 2º, "d", da Resolução n. 001/2017, do Colégio de Procuradores de Contas) | |
| Responsável | Empresa Martins Construtora e Terraplenagem Eireli - multa pecuniária: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) | |
| Objeto | Acompanhamento e monitoramento da cobrança administrativa e judicial dos débitos e multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, conforme arts. 305, parágrafo único, e 463 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. | |
| Acórdão/Decisão | Acórdão TC-0071/2019 – Primeira Câmara | |
| Observação | Trânsito em julgado/preclusão recursal: 13/09/2019 | |
| | | |

Para tanto, determina-se:

- Expeça-se ofício à **Secretaria Estadual da Fazenda** para que, no prazo de **90 (noventa) dias**, adote as providências pertinentes à inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se.

Vitória, 18 de outubro de 2019.

LUCIANO VIEIRA
Procurador-Geral
Ministério Público de Contas